

Sumário

Capítulo 1 – O (Novo) Processo Penal Brasileiro.....	1
1.1 O velho CPP e o Novo <i>Curso de processo penal</i>	1
1.2 O processo penal <i>constitucionalizado</i> : entre princípios e regras.....	2
1.3 Princípios fundamentais: o que são, de onde vem e até onde podem ir	4
1.4 Sistema dos direitos fundamentais	6
1.4.1 Estado (Democrático) de Direito e postulados de interpretação	6
1.4.2 Garantismo e intervenção penal.....	8
1.4.3 Estado de Direito e processo penal:.....	10
Capítulo 2 – Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço.....	11
2.1 Tratados e convenções internacionais	11
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais	13
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo	18
Capítulo 3 – A persecução penal: processo e procedimentos investigativos.....	27
3.1 A investigação e o papel do juiz: o juiz das garantias.....	28
3.2 Inquérito policial	39
3.2.1 Procedimento	46
3.2.2 Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória?	52
3.2.3 Arquivamento	53
3.2.3.1 Arquivamento indireto.....	58
3.2.3.2 Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	59
3.2.4 Inquérito policial e extinção da punibilidade.....	61
3.3 Investigações administrativas	64

3.4 Lei de Abuso de Autoridade.....	69
Capítulo 4 – Da Ação Penal	73
4.1 A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa	73
4.2 Ação e processo	76
4.2.1 Pretensão e lide.....	77
4.3 Condições da ação.....	79
4.3.1 Interesse de agir.....	79
4.3.2 Legitimidade.....	81
4.3.3 Possibilidade jurídica do pedido.....	83
4.3.4 Condições de procedibilidade.....	84
4.3.5 A justa causa.....	86
4.4 Pressupostos processuais.....	88
4.4.1 Pressuposto de existência.....	89
4.4.2 Requisitos de validade.....	90
4.5 Ação penal pública incondicionada.....	92
4.5.1 Ação (penal) popular e crime de responsabilidade.....	92
4.5.2 Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade	94
4.5.2.1 Acordo de não persecução penal.....	96
4.5.3 Indisponibilidade e outras regras processuais.....	101
4.5.4 Critério de definição da legitimação ativa.....	102
4.5.5 Discricionariedade regrada	103
4.6 Ação penal pública condicionada	104
4.6.1 Prazo decadencial da representação.....	107
4.6.2 Capacidade ou legitimação para representar.....	108
4.6.3 Retratação	109
4.6.4 Legitimação concorrente ou alternativa?	110
4.7 Ação penal privada.....	111
4.7.1 Legitimação ativa.....	112

4.7.2 Disponibilidade	115
4.7.2.1 Renúncia.....	115
4.7.2.2 Perempção e desistência	118
4.7.2.3 Perdão	119
4.7.3 Indivisibilidade.....	121
4.7.4 Decadência	125
4.7.5 Crimes contra a dignidade sexual	126
4.8 Ação privada personalíssima.....	127
4.9 Ação privada subsidiária da pública	128
4.10 Denúncia e queixa	131
4.10.1 Crimes coletivos e individualização da conduta	132
4.10.2 Acusação genérica e acusação geral	133
4.10.3 Aditamento	135
4.10.4 Litisconsórcio.....	137
4.10.5 Prazo	137
4.10.6 Capitulação	138
4.10.7 Rejeição.....	140
4.10.8 Omissões	141
4.11 Extinção da punibilidade	142
Capítulo 5 – Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	147
5.1 Generalidades.....	147
5.2 Prejudicialidade	148
5.3 Objeto.....	150
5.4 Legitimação	151
5.5 Subordinação temática e eficácia preclusiva.....	152
5.5.1 Nas decisões condenatórias	152
5.5.2 Nas decisões absolutórias.....	153
5.5.3 A negativa de autoria	156
5.6 Responsabilidade civil de terceiros.....	157
5.7 A legitimação do Ministério Público.....	160

Capítulo 6 – Jurisdição e Competência	163
6.1 Jurisdição e repartição de competência.....	163
6.2 Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição	166
6.3 Prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)	167
6.3.1 Crimes comuns e crimes de responsabilidade.....	168
6.3.2 Critério da simetria	171
6.3.3 Critério de regionalização	178
6.3.3.1 Deputados Estaduais e Prefeitos.....	178
6.3.3.2 A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais	180
6.3.4 Prerrogativa de função e natureza do crime	183
6.3.5 Processo e procedimentos	184
6.3.5.1 Competência originária.....	184
6.3.5.2 O exercício efetivo do cargo.....	186
6.3.5.3 Foro privativo e procedimento	191
6.3.5.4 Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes	192
6.4 Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais	195
6.5 Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	198
6.5.1 Competência da Justiça Federal.....	199
6.5.1.1 A casuística constitucional.....	205
6.6 Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	217
6.7 A competência territorial	219
6.7.1 Competência relativa e competência absoluta.....	220
6.7.2 Critérios de determinação da competência infraconstitucional	222
6.7.2.1 O lugar.....	222
6.7.2.2 A natureza da infração.....	224
6.7.2.3 O domicílio ou residência do réu	226

6.7.2.4 A prevenção	227
6.7.2.5 A distribuição.....	228
6.8 Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	228
6.8.1 Desclassificação.....	230
6.8.2 Conexão	234
6.8.3 Continência	236
6.8.4 Unidade de processo e de julgamento.....	237
6.8.5 Eleição do juízo prevalente.....	238
6.8.6 Separação de processos conexos e/ou continentes.....	244
6.8.7 Prorrogação de competência.....	245
Capítulo 7 – Das Questões e Processos Incidentes.....	247
7.1 Das questões prejudiciais	247
7.2 Dos processos incidentes	249
7.2.1 Das exceções.....	249
7.2.1.1 Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade	251
7.2.1.2 Exceção de incompetência.....	255
7.2.1.3 Demais exceções	257
7.3 Do conflito de jurisdição	259
7.4 Da restituição de coisas apreendidas	264
7.5 Das medidas assecuratórias	266
7.5.1 Sequestro.....	267
7.5.2 Especialização de hipoteca.....	272
7.5.3 Arresto	273
7.6 Do incidente de falsidade.....	275
7.7 Da insanidade mental do acusado.....	276
Capítulo 8 – Da Prova	279
8.1 Teoria da prova.....	279
8.1.1 O mito e o dogma da verdade real	284

8.1.2 A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz	286
8.1.3 O livre convencimento motivado e a íntima convicção.....	289
8.1.3.1 A prova tarifada ou sistema das provas legais	290
8.1.3.2 O livre convencimento motivado: persuasão racional	290
8.1.3.3 Hierarquia e especificidade de provas.....	292
8.1.4 Direito e restrições à prova	293
8.1.4.1 A inadmissibilidade das provas ilícitas.....	294
8.1.4.2 A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	315
8.1.4.3 A teoria do encontro fortuito de provas	318
8.1.4.4 A prova ilegítima: a prova emprestada	321
8.1.4.5 O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude.....	322
8.1.4.6 O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?)	327
8.2 Meios de prova	330
8.2.1 Do interrogatório	330
8.2.1.1 Direito ao silêncio e não autoincriminação	334
8.2.1.2 Intervenções corporais.....	337
8.2.1.3 Procedimento	346
8.2.2 Da confissão.....	348
8.2.3 Da prova testemunhal	349
8.2.3.1 Capacidade para testemunhar	351
8.2.3.2 O compromisso de dizer a verdade.....	351
8.2.3.3 Dispensa do dever de depor	352
8.2.3.4 Proibição do testemunho.....	354
8.2.3.5 Testemunhas, declarantes, informantes e outros	355
8.2.3.6 Regras procedimentais gerais	357
8.2.3.7 Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99.....	362
8.2.4 Da prova pericial.....	364
8.2.4.1 A cadeia de custódia.....	366

8.2.4.2 O exame de corpo de delito	369
8.2.4.3 Outras perícias.....	372
8.2.4.4 Prova pericial e contraditório	372
8.2.5 Das perguntas ao ofendido	374
8.2.6 Do reconhecimento de pessoas e coisas	376
8.2.7 Da acareação	377
8.2.8 Dos documentos	378
8.2.9 Dos indícios	380
8.2.10 Da busca e apreensão.....	381
Capítulo 9 – Sujeitos do Processo	385
9.1 Partes e relação processual	385
9.1.1 Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material	387
9.2 Do juiz	388
9.2.1 Imparcialidade.....	388
9.2.2 Poderes gerais e iniciativa probatória.....	394
9.2.3 Juiz natural.....	396
9.2.4 Princípio da identidade física do juiz	397
9.3 Do Ministério Público	397
9.3.1 A imparcialidade	398
9.3.2 Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências	399
9.3.3 O promotor natural	402
9.4 Do acusado	405
9.5 Do defensor.....	407
9.6 Da assistência	412
9.6.1 Legitimação	412
9.6.2 O assistente como <i>custos legis</i>	413
9.6.3 Faculdades processuais.....	415
9.6.4 Recurso de sentença penal condenatória	417
9.6.5 Procedimento.....	419

9.7 Peritos, intérpretes e funcionários da justiça.....	419
9.8 Ofendido?.....	421

Capítulo 10 – Da Prisão, das Medidas Cautelares e da

Liberdade Provisória.....	425
10.1 As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares pessoais.....	425
10.2 As determinações constitucionais da não culpabilidade.....	427
10.3 Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade.....	429
10.4 As medidas cautelares, diversas das prisões.....	433
10.4.1 Regras gerais da aplicação.....	441
10.4.1.1 Poder geral de cautela?.....	443
10.4.1.2 A fiança e seu cabimento.....	444
10.5 A prisão em flagrante.....	445
10.5.1 Considerações gerais.....	445
10.5.2 Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado).....	447
10.5.3 Flagrante diferido (controlado).....	451
10.5.4 Missões/funções da prisão em flagrante.....	452
10.5.5 Prisão em flagrante e situações especiais.....	454
10.5.6 Audiência de custódia.....	458
10.6 Prisão temporária.....	460
10.6.1 Prisão temporária e o art. 313, I, CPP.....	463
10.7 Prisão preventiva.....	463
10.7.1 Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal.....	468
10.7.2 Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva.....	474
10.7.2.1 Exceções ao teto do art. 313, I, CPP.....	476
10.7.3 Prazo: a construção jurisprudencial.....	479
10.7.4 Prisão preventiva <i>ex officio</i>	481

10.7.5 Vedação legal à prisão preventiva.....	481
10.8 Prisão domiciliar	482
10.9 O ato prisional: generalidades.....	484
10.10 Prisão especial	489
10.10.1 O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal.....	491
10.11 Prisão para extradição e prisão civil	495
10.12 A liberdade provisória com e sem fiança.....	495
10.12.1 Relaxamento da prisão	501
10.12.2 Liberdade provisória com fiança.....	502
10.12.2.1 Cautelares de ofício e sistema acusatório	503
10.12.2.2 Procedimento da fiança	506
10.12.3 A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP.....	509
10.12.4 A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liberdade	509
10.12.5 Execução provisória.....	512
Capítulo 11 – Das Citações e Intimações	513
11.1 Das citações	513
11.1.1 Espécies de citação.....	513
11.1.2 Citação do réu preso.....	521
11.1.3 Citação do incapaz	521
11.1.4 Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional.....	522
11.2 Das intimações.....	525
Capítulo 12 – Dos Atos Processuais e dos Atos Judiciais	531
12.1 Dos atos processuais	531
12.1.1 Dos prazos processuais.....	533
12.2 Dos atos judiciais.....	537
12.2.1 Decisões interlocutórias.....	538
12.2.2 Decisões com força de definitivas	542
12.2.3 Sentenças.....	543

12.2.3.1 A correlação entre sentença e pedido	545
12.2.3.2 <i>Emendatio libelli</i>	547
12.2.3.3 <i>Mutatio libelli</i>	551
12.2.3.4 Motivação e dispositivo das sentenças	555
12.2.3.5 Intimação da sentença.....	559
12.2.4 Coisa julgada em matéria penal.....	560
Capítulo 13 – Dos Procedimentos	567
13.1 Processo e procedimento.....	567
13.2 Procedimento comum	569
13.2.1 Procedimento ordinário	571
13.2.2 Procedimento sumário	582
13.3 Da suspensão do processo.....	584
13.3.1 Suspensão do processo: direito ou discricionariedade?.....	590
13.3.2 Revogação e cumprimento da suspensão	591
13.3.3 Ação privada.....	592
13.3.4 Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição.....	593
13.4 Do procedimento do Tribunal do Júri.....	594
13.4.1 Anotações introdutórias.....	594
13.4.2 Da acusação e da instrução preliminar	596
13.4.2.1 Absolvição sumária.....	601
13.4.2.2 Desclassificação	603
13.4.2.3 Impronúncia	606
13.4.2.4 Pronúncia	608
13.4.3 Da fase de julgamento	612
13.4.3.1 Da preparação do processo para julgamento em plenário	612
13.4.3.2 Do desaforamento	614
13.4.3.3 Jurados: recusas, imparcialidade.....	615
13.4.3.4 Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri.....	616

13.4.3.5	Da quesitação	618
13.4.3.6	Da instrução em plenário.....	622
13.5	Dos Juizados Especiais Criminais.....	630
13.5.1	Considerações gerais	630
13.5.2	Infrações de menor potencial ofensivo	631
13.5.3	A transação penal: direito subjetivo ou discricionarieidade?	634
13.5.4	Competência e atos processuais.....	637
13.5.5	O rito nos Juizados Criminais.....	639
13.6	Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06	650
13.6.1	Considerações gerais	650
13.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais	653
13.6.3	Procedimentos e medidas cautelares	655
13.6.4	Medidas protetivas de urgência	660
13.7	Processo e procedimentos especiais	662
13.7.1	Dos processos de competência originária.....	662
13.7.2	Crimes contra a honra.....	667
13.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos.....	668
13.7.4	Crimes de tráfico de drogas	671
13.7.5	Crimes falimentares.....	685
13.7.6	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13.....	688
Capítulo 14	– Das Nulidades	725
14.1	Atos inexistentes	726
14.2	Nulidades e ilicitudes na investigação.....	727
14.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa	730
14.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	733
14.5	A regra do interesse nas nulidades.....	736

14.6 A instrumentalidade das formas.....	737
14.7 Causalidade: derivação das nulidades.....	738
14.8 Convalidação.....	742
14.9 A casuística do Código de Processo Penal.....	742
Capítulo 15 – Dos Recursos	747
15.1 Teoria dos recursos.....	747
15.1.1 Princípios.....	749
15.1.1.1 O duplo grau	749
15.1.1.2 A voluntariedade dos recursos.....	750
15.1.1.3 A unirrecorribilidade	751
15.1.1.4 A fungibilidade dos recursos.....	752
15.1.1.5 A vedação da <i>reformatio in pejus</i>	753
15.1.2 Regras: suplementaridade, complementaridade e outras	756
15.1.3 Disponibilidade	757
15.1.4 Efeitos dos recursos.....	758
15.1.4.1 Efeito suspensivo.....	758
15.1.4.2 Efeito devolutivo	760
15.1.4.3 Efeito extensivo e iterativo.....	761
15.1.5 Classificações dos recursos	761
15.1.6 Juízo de admissibilidade dos recursos.....	762
15.1.6.1 Requisitos objetivos	765
15.1.6.2 Requisitos subjetivos	769
15.2 Da apelação	772
15.2.1 Cabimento.....	773
15.2.2 Efeitos	776
15.2.3 Procedimento	778
15.3 Do recurso em sentido estrito	781
15.3.1 Cabimento.....	783
15.3.2 Procedimento	788
15.3.3 Efeitos	789

15.4 Embargos infringentes ou de nulidade	789
15.5 Embargos declaratórios	792
15.6 Embargos de divergência.....	794
15.7 Carta testemunhável	795
15.8 Agravo de execução.....	796
15.9 Correição parcial	797
15.10 Recurso ordinário, extraordinário e especial	798
15.10.1 Recurso ordinário	800
15.10.2 Recurso especial	803
15.10.3 Recurso extraordinário	808
15.11 Ações autônomas	811
15.11.1 Mandado de segurança.....	811
15.11.2 Ação de revisão criminal.....	814
15.11.3 O <i>Habeas corpus</i>	821
Capítulo 16 – Relações Internacionais com Autoridade	
Estrangeira	835
16.1 Cartas rogatórias.....	837
16.2 Homologação das sentenças estrangeiras	839
Referências	845